

ANEXO 24**ADOÇÃO DO SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE**

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOROESTE

1. Introdução

- 1.1 A CONCESSIONÁRIA deverá, nos prazos e termos estabelecidos neste ANEXO e no ANEXO 7, realizar a CONVERSÃO das PRAÇAS DE PEDÁGIO, a fim de implantar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 1.2 A CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar, manter e gerenciar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, composto por equipamentos, sensores e sistemas instalados em PÓRTICOS ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, que registrem a passagem dos veículos que trafegarem pelo SISTEMA RODOVIÁRIO para assegurar a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO, sem a necessidade da parada do veículo e sem bloqueios físicos.
- 1.2.1 A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo projeto de demolição das PRAÇAS DE PEDÁGIO e readequação viária, com as devidas passagens de carga especiais, conforme especificações técnicas e de engenharia indicadas nos ANEXOS 7 e 12.
- 1.3 A CONVERSÃO não implica alteração da forma do cálculo da TARIFA DE PEDÁGIO, que deverá seguir o regramento do ANEXO 4.

2. Controle e operação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

- 2.1 O sistema de operação e arrecadação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE está detalhado nos ANEXOS 5 e 7.
- 2.2 A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar em seu sítio na internet e demais plataformas pertinentes (e.g. aplicativo para celulares) os valores de TARIFA DE PEDÁGIO vigentes de todas as categorias de veículo, para cada PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 2.3 A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implantar sistema, plenamente auditável, que disponibilize as informações geradas pelos sistemas de cobrança eletrônica à ARTESP e ao DER/SP, inclusive quanto à identificação dos USUÁRIOS INADIMPLENTES.
- 2.4 O exame das informações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES, seguido de eventuais emissões de autos de infração, serão de responsabilidade do DER/SP.
- 2.5 A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar convênio junto ao DER/SP para facilitar e ordenar a transferência de informação relacionada ao registro de infrações de trânsito, inclusive no tocante aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, a fim de auxiliar a emissão de autos de infração pelo DER/SP e da apuração e pagamento da COMPENSAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA, observadas as diretrizes do presente ANEXO.
- 2.6 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento da qualidade dos registros dos veículos infratores. Serão descartados os registros cuja qualidade comprometa sua utilização para a emissão dos autos de infração, sendo certo que a inviabilidade de autuação pelo DER/SP quando decorra exclusivamente da falta de qualidade dos dados oriundos do sistema da CONCESSIONÁRIA, devidamente comprovada, será exclusivamente atribuída a ela e não estarão sujeitas à COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, nos termos do item 6.4.
- 2.7 Os equipamentos do sistema de arrecadação deverão armazenar os registros por período mínimo de 30 (trinta) dias nos próprios PÓRTICOS. Adicionalmente, a CONCESSIONÁRIA deverá manter os dados do sistema de arrecadação armazenados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, devendo, neste período, fornecê-los ao PODER CONCEDENTE, DER/SP ou ARTESP, sempre que solicitado.
- 2.8 O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Será registrado o tempo diário de inoperância para todos os elementos do sistema, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de falhas,

manutenção e/ou procedimentos de certificação, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela ARTESP e pelo PODER CONCEDENTE.

2.9 A CONCESSIONÁRIA poderá fechar seções das faixas de rolamento sob as quais estão situados os PÓRTICOS para a realização de procedimentos de manutenção e/ou certificação, caso necessário e mediante comunicação prévia à ARTESP, desde que não inviabilize a passagem de USUÁRIOS pelo PÓRTICO e desde que não afete o nível de serviço, correspondente ao limite de 50h/ano operando nos níveis de serviço “E” e “F”.

2.10 Os procedimentos previstos neste ANEXO poderão ser revistos, mediante acordo entre as PARTES, a ARTESP e, conforme o caso, o DER/SP, para sua maior efetividade.

2.11 São obrigações da CONCESSIONÁRIA, no âmbito da implantação e gerenciamento do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, sem prejuízo das demais exigências correlatas, dispostas no CONTRATO e ANEXOS:

- i. comunicar o USUÁRIO, de forma simples e didática, sobre, no mínimo, o seguinte conteúdo:
 - a) o cronograma de CONVERSÃO, reforçando a comunicação no período que anteceder a CONVERSÃO de cada PÓRTICO, em prazo hábil, não inferior a 90 (noventa) dias para que o USUÁRIO seja informado sobre a mudança da forma de cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO e se adapte à nova sistemática;
 - b) a forma de cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO, deixando claro que:
 1. o USUÁRIO que não possuir instrumento de AVI não incorrerá, imediatamente, em infração ao utilizar o SISTEMA RODOVIÁRIO e poderá realizar o pagamento posteriormente;
 2. o USUÁRIO que não realizar o pagamento voluntário pela PLATAFORMA no prazo de 15 (quinze) dias contados da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO incorrerá em infração de evasão sujeita à multa de trânsito, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157, de 1º de junho de 2021.
 - c) a forma de acesso à PLATAFORMA;
 - d) o prazo e as formas de pagamento permitidas no âmbito da PLATAFORMA;
- ii. divulgar que o Sistema de Comunicação ao Usuário, implantado nos termos do ANEXO 5, também receberá dúvidas sobre a forma de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
- iii. observar, de maneira estrita, o disposto neste ANEXO e no CONTRATO;
- iv. colaborar na identificação dos veículos que não efetivarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
- v. manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS DE PEDÁGIO, indicando as formas de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA, inclusive a possibilidade de pagamento via PLATAFORMA;
- vi. sinalizar o trecho rodoviário;

- vii. permitir a fiscalização da arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
- viii. elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- ix. registrar e comunicar as ocorrências relevantes, incluindo, mas não se limitando, às falhas no SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
- x. controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- xi. controlar a arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO por data, horário e demais procedimentos de compartilhamento de informações estipulados pela ARTESP;
- xii. prestar atendimento e garantir informação sobre as TARIFAS DE PEDÁGIO ao USUÁRIO;
- xiii. elaborar campanha de publicidade para incentivar a adoção do AVI pelos USUÁRIOS;
- xiv. manter placas e mensagens informando que o não pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO nas modalidades permitidas constitui infração de trânsito sujeito à multa, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
- xv. disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado em tempo real (*on-line*) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:
 - a) informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor das faixas de rolamento e acostamentos;
 - b) informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas PÓRTICOS e informação do registro físico de tráfego;
 - c) permitir a integração das informações com o CCI da ARTESP conforme os termos estabelecidos no CONTRATO.

2.12 A comunicação de que trata o item 2.11, inciso i, deverá ser realizada em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO e mais assiduamente nas regiões em que os PÓRTICOS serão instalados.

3. Cronograma de CONVERSÃO

3.1 A CONVERSÃO será gradual e deverá observar o seguinte cronograma:

Praça de Pedágio	Ano para a CONVERSÃO (contado a partir do início do PRAZO DA CONCESSÃO)
Itápolis	2
Jaboticabal	2
Dobrada	4
Taiuva	4
Agulha	5
Araraquara	6
Catiguá	6
Colina	7
Monte Alto	7
Pirangi	5

3.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o cronograma de CONVERSÃO de cada PRAÇA DE PEDÁGIO no âmbito do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS indicando

os meses de implantação de cada PÓRTICO, considerando o cronograma anual do item 3.1, acima, e as obrigações previstas no ANEXO 7.

3.1.2. Entende-se como CONVERSÃO o início da operação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE após a implantação de todas as medidas necessárias, como demolição da respectiva PRAÇA DE PEDÁGIO e instalação do respectivo PÓRTICO, nos termos do ANEXO 7.

3.1.3. Exclusivamente em relação às PRAÇAS DE PEDÁGIO localizadas em Itápolis e Jaboticabal, o início da operação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE poderá ocorrer no primeiro semestre do 3º ano da CONCESSÃO sem que haja aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA ou configuração de desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que as medidas de implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE tenham sido iniciadas no ano 2 da CONCESSÃO, conforme cronograma indicado no item 3.1, acima.

3.2 Cada PRAÇA DE PEDÁGIO deverá ser convertida integralmente, observado o cronograma estabelecido no item 3.1, não sendo admitidas conversões parciais da mesma PRAÇA DE PEDÁGIO, aqui entendida como a manutenção de alguma cabine de cobrança manual.

3.3 As PARTES e a ARTESP poderão, a qualquer tempo, solicitar a revisão do cronograma do item 3.1, mediante justificativa que indique:

- i. em caso de solicitação de atraso, eventual impossibilidade do cumprimento do cronograma por motivos técnicos, por atos de vandalismo, nos termos do item 6.8, pelo potencial comprometimento da solvência da CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 21.2.2.1 do CONTRATO e/ou pela impossibilidade de operacionalização da CONTA MULTA, exclusivamente, neste último caso, para as praças a serem convertidas a partir do ano 4; ou
- ii. em caso de solicitação de antecipação, a PARTE deverá apresentar justificativa que indique a possibilidade técnica de antecipação de cronograma, bem como capacidade financeira do PODER CONCEDENTE de fazer frente ao pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA exclusivamente com os recursos depositados na CONTA MULTA e/ou na CONTA INADIMPLÊNCIA.

3.4 A PARTE que sugerir a revisão do cronograma deverá apresentar o pedido acompanhado de justificativa devidamente motivada, bem como todos os documentos necessários à comprovação do requerido, para avaliação pelas demais PARTES, sendo que a decisão pela revisão do cronograma, ou não, caberá exclusivamente ao PODER CONCEDENTE.

3.5 Caso a ARTESP ou a CONCESSIONÁRIA tenha sugerido a alteração do cronograma, o PODER CONCEDENTE deverá se manifestar em até 60 (sessenta) dias após manifestação técnica da ARTESP, a ser emitida no mesmo prazo a partir do recebimento da solicitação pela CONCESSIONÁRIA.

3.6 Caso o PODER CONCEDENTE tenha sugerido a alteração, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão se manifestar em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da sugestão, a fim de que o PODER CONCEDENTE decida sobre referida alteração no mesmo prazo.

3.7 Caso haja divergência, as PARTES poderão se valer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.

3.8 Eventual desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da alteração do cronograma indicado no item 3.1 será processado, preferencialmente, em sede de REVISÃO ORDINÁRIA ou, subsidiariamente, de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, caso haja risco de materialização concreta

ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas, nos termos do CONTRATO.

4. Plataforma digital de pagamento

4.1 A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e gerenciamento da PLATAFORMA, plenamente auditável, que deverá possibilitar que os USUÁRIOS que não efetuaram o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, em relação à utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO, o façam posteriormente, nos prazos e condições estabelecidos neste ANEXO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela adoção de todos os procedimentos necessários e pelo pagamento de todos custos e despesas aplicáveis.

4.2 O USUÁRIO que não tiver efetuado o pagamento automático e imediato durante a sua passagem pelo SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE (i) por não deter dispositivo AVI; ou (ii) detendo dispositivo AVI, não haver processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá realizar o pagamento por meio da PLATAFORMA, dentro de um prazo de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO.

4.2.1 O prazo indicado no item 4.2, acima, pode ser alterado caso sobrevenha eventual regulação de trânsito sobre o tema que determine prazo específico para pagamento.

4.3 A não efetivação do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, no prazo indicado no item 4.2 e observado disposto no item 4.2.1, constituirá INADIMPLÊNCIA para fins do CONTRATO e acarretará a emissão de auto de infração por evasão pelo DER/SP, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

4.3.1 A utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO por USUÁRIO que não detenha dispositivo AVI não é caracterizada como infração de trânsito, de modo que o USUÁRIO somente será autuado por evasão caso deixe de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na forma estabelecida no item 4.2, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

4.3.2 O USUÁRIO que detiver dispositivo AVI, mas tenha deixado de realizar o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO durante a sua passagem pelo SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE por falta de processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO deverá ser comunicado pela CONCESSIONÁRIA e/ou pela OSA da necessidade de realização do pagamento por intermédio da PLATAFORMA, caracterizando-se a evasão, para fins de autuação, caso não haja pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado de sua identificação.

4.3.3 O prazo para o DER/SP emitir o auto de infração será contado a partir da materialização da infração de trânsito, ou seja, no dia seguinte ao exaurimento do prazo concedido ao USUÁRIO para a realização do pagamento voluntário na PLATAFORMA a ser implantada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 4.2, e observado o disposto no item 4.3.2.

4.4 Caso o USUÁRIO venha a realizar o pagamento dentro do prazo descrito acima, a receita auferida será devidamente registrada e comporá a RECEITA TARIFÁRIA.

4.5 A PLATAFORMA deverá permitir que todos os USUÁRIOS que tiverem utilizado o SISTEMA RODOVIÁRIO possam efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO devida pela passagem pelo SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.

4.6 A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por meio da PLATAFORMA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste ANEXO e nos ANEXOS 5 e 7, página com instruções sobre as modalidades e os procedimentos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

4.7 O regramento disposto neste ANEXO poderá ser alterado ou adequado a eventual norma superveniente, em especial daquelas emanadas pelo CONATRAN, que regulamente aspectos relacionados à autuação de usuários infratores, notadamente em relação às condições, procedimentos pertinentes, forma de identificação dos veículos e emissão das competentes autuações.

5. Prestação de informações sobre os USUÁRIOS INADIMPLENTES

5.1 A CONCESSIONÁRIA deverá identificar os veículos que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades permitidas e nos prazos disponibilizados, conforme previsto neste ANEXO.

5.2 A CONCESSIONÁRIA deverá enviar semanalmente para o DER/SP relatório contendo, no mínimo:

- i. os registros, as evidências e as informações que possibilitem ao DER/SP emitir as multas de evasão, nos termos dos artigos 209-A e 280 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, quais sejam: local, data e hora do cometimento da infração, caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos solicitados pelo DER/SP, desde que imprescindíveis para a emissão das multas, observada a regulação vigente.
- ii. os registros e as evidências que indiquem o número de eixos tocantes e não tocantes no solo e categoria de cada USUÁRIO INADIMPLENTE.

5.2.1. Para o envio das informações indicadas no item 5.2, inciso i, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar a base de dados dos USUÁRIOS isentos, nos termos do ANEXO 4.

5.2.2. As informações enviadas pela CONCESSIONÁRIA semanalmente, nos termos do item 5.2, não poderão conter registros com mais de 7 (sete) dias de antecedência à data do envio ao DER/SP.

5.3 As informações mencionadas no item 5.2 deverão ser entregues de forma passível de auditoria e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos dos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do ANEXO 5.

5.3.1. As informações do item 5.2 deverão ser auditadas anualmente por empresa especializada de auditoria independente, idônea e de notória especialização, devendo o relatório de auditoria ser encaminhado ao DER/SP e à ARTESP em até 15 (quinze) dias de sua emissão.

5.3.2. Eventuais divergências entre os dados considerados pela ARTESP para fins da COMPENSAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA e os dados finais objeto de auditoria deverão ser ajustados e compensados em cada REVISÃO ORDINÁRIA objeto do CONTRATO.

5.3.3. Independentemente dos ajustes indicados no item 5.3.2, acima, o DER/SP ou a ARTESP poderão, na eventualidade de identificarem qualquer indício de fraude, erro ou divergência nas informações prestadas periodicamente pela CONCESSIONÁRIA, exigir que a CONCESSIONÁRIA promova, às suas expensas, a contratação de auditoria independente, necessariamente diferente da empresa de auditoria que tiver realizado a auditoria mencionada no item 5.3.1 para o CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA imediatamente anterior, para realização de auditoria extraordinária nos dados transmitidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo os resultados de tal atividade serem transmitidos diretamente à ARTESP e/ou DER/SP para adoção das providências cabíveis.

5.4 A CONCESSIONÁRIA deverá enviar semanalmente para a ARTESP relatório contendo, no mínimo, a memória de cálculo da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, consistente na RECEITA TARIFÁRIA total que seria auferida no período de apuração caso não houvesse a

INADIMPLÊNCIA, incluindo informações sobre categoria do veículo e número de eixos tocantes e não tocantes no solo.

5.4.1. O relatório mencionado no item 5.4, acima, deverá observar a mesma periodicidade do relatório constante do item 5.2.

5.5 O DER/SP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento de cada relatório mencionado no item 5.2, analisar as informações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES e atestar à ARTESP, mediante envio de notificação ou documento equivalente, que a CONCESSIONÁRIA forneceu: (i) todos os dados necessários para que o DER/SP emitisse as notificações de autuação, independentemente de ter emitido ou não referidas notificações; e (ii) os dados relacionados ao número de eixos de cada USUÁRIO INADIMLENTE, de modo que a ARTESP possa realizar o procedimento especificado no item 6.3.

5.6 O DER/SP deverá notificar a ARTESP, oportunamente, do recebimento de eventuais informações inverídicas ou incorretas sobre os USUÁRIOS INADIMPLENTES, para fins de aplicação da penalidade prevista no ANEXO 11, pela ARTESP, bem como eventuais cobranças indevidas, aqui entendidas como envio de informações ao DER/SP acerca de USUÁRIOS taxados como inadimplentes, mas que tenham realizado o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação pela ARTESP da penalidade prevista no ANEXO 11.

6. COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

6.1 O DER/SP aplicará multa de evasão aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021.

6.1.1. A não aplicação da multa, pelo DER/SP, e/ou a ausência do pagamento do valor da multa pelo USUÁRIO não obsta a COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA em favor da CONCESSIONÁRIA.

6.2 A ARTESP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento da manifestação do DER/SP de que trata o item 5.5: (i) avaliar o conteúdo da manifestação, em comparação com as memórias de cálculo apresentadas pela CONCESSIONÁRIA nos termos do item 5.4, a fim de validar o montante devido à CONCESSIONÁRIA a título de COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA; e (ii) enviar NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA ao BANCO DEPOSITÁRIO, seguindo o procedimento definido no APÊNDICE D.

6.2.1. A NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA deverá ser emitida com periodicidade mensal.

6.3 No âmbito do procedimento indicado no item 6.2, a ARTESP deverá avaliar se o cálculo apresentado pela CONCESSIONÁRIA a título de COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA está correto, considerando exclusivamente as informações validadas pelo DER/SP.

6.3.1. Caso o DER/SP não envie as informações indicadas no item 5.5 à ARTESP de maneira tempestiva, a ARTESP deverá considerar o cálculo da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA enviado pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 5.4, sem prejuízo da realização de compensações futuras, desde que constadas dentro de um período de 5 (cinco) anos.

6.4 Não serão contabilizados no cálculo da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA:

- i. os USUÁRIOS que não tenham realizado o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por falhas técnicas operacionais nos equipamentos que compõem o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE; e

- ii. os USUÁRIOS que não tenham sido devidamente identificados pela CONCESSIONÁRIA de modo a permitir a emissão da multa de evasão pelo DER/SP, seja por motivo atribuível à CONCESSIONÁRIA, seja por conduta fraudulenta do USUÁRIO.

6.5 A relação entre USUÁRIOS e Operadoras de Serviço de Arrecadação (OSAs) é estritamente privada e não afeta a CONCESSÃO ou a CONCESSIONÁRIA. Desse modo, eventual inadimplência dos USUÁRIOS perante determinada(s) OSA(s) não gera COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA para a CONCESSIONÁRIA, sendo certo que apenas haverá COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA nos casos em que um USUÁRIO passar por um PÓRTICO, não realizando o pagamento via dispositivo de AVI ou, posteriormente, via PLATAFORMA.

6.6 O valor referente à COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA será transferido à CONCESSIONÁRIA deduzidos os montantes referentes ao IQD, ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO e à OUTORGA VARIÁVEL vigente ao tempo do pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA. Contudo, tendo em vista a fonte dos recursos da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA ser a CONTA INADIMPLÊNCIA e a CONTA MULTA, ou o disposto no item 6.7, abaixo, nos termos do APÊNDICE D, as deduções não ensejarão qualquer transferência adicional de recursos das referidas contas para quaisquer outras contas da CONCESSÃO.

6.7 Sem prejuízo da emissão da NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, caso a CONCESSIONÁRIA discorde do valor definido pela ARTESP, poderá acionar os meios de solução de divergência previstos no CONTRATO.

- 6.7.1. Eventuais valores reconhecidos como de titularidade da CONCESSIONÁRIA em sede de solução de divergência deverão constar da NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA do período imediatamente subsequente à disponibilização de decisão definitiva quanto aos valores devidos à CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Cláusula 53.14 do CONTRATO.

6.8 Caso (i) os recursos depositados na CONTA INADIMPLÊNCIA e na CONTA MULTA não sejam suficientes para fazer frente à NOTIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA, nos termos do APÊNDICE D; (ii) tenham sido identificados atos de vandalismo no SISTEMA RODOVIÁRIO, desde que estejam contextualizados em situação de comoção social em oposição à instalação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE e desde que a CONCESSIONÁRIA tenha comprovadamente utilizado todos os meios disponíveis para evitar sua materialização, o PODER CONCEDENTE:

- i. deverá assegurar recursos orçamentários para o pagamento dos valores comprovadamente devidos à CONCESSIONÁRIA, na hipótese (i) acima; e
- ii. poderá decidir pela alteração do cronograma proposto, nos termos do item 3, ou pela paralisação do processo de CONVERSÃO.

6.9 O PODER CONCEDENTE poderá determinar a replantação das PRAÇAS DE PEDÁGIO, observadas as condições técnicas exigidas no ANEXO 7, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, exclusivamente na hipótese em que a totalidade ou parte do pagamento da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA estiver sendo realizado via recursos orçamentários por mais de 6 (seis) meses consecutivos ou 12 (doze) meses alternados, compreendidos em um período de 24 (vinte e quatro) meses corridos.

7. DO TRATAMENTO ASSOCIADO AOS USUÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS PELA CONCESSIONÁRIA

7.1 É dever da CONCESSIONÁRIA identificar e implantar as medidas e as soluções necessárias para mitigar e/ou reduzir o percentual de USUÁRIOS não identificados, nos termos do item 6.4, inciso ii deste ANEXO.

- 7.2 A CONCESSIONÁRIA é exclusivamente responsável pela variação de até 5% da RECEITA BRUTA anual ocasionada pela não identificação de USUÁRIOS que decorra de conduta fraudulenta.
- 7.3 Caso a RECEITA BRUTA anual da CONCESSIONÁRIA seja impactada além de 5% por USUÁRIOS não identificados, nos termos do item 7.2, 50% do excedente deverá ser incluído no cálculo da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA.
- 7.4 Independentemente do exposto no item 7.3 acima, nos casos em que USUÁRIOS tenham atuado de forma dolosa para buscar se eximir da identificação de seus veículos pelo SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, e a CONCESSIONÁRIA consiga identificar tais USUÁRIOS individualmente, ainda que posteriormente ao prazo de envio das informações pertinentes ao DER/SP, tais situações, após a confirmação da identificação realizada em cada caso, serão computados para fins do cálculo da COMPENSAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA subsequente.
- 7.5 O DER/SP deverá comunicar a CONCESSIONÁRIA sempre que não conseguir identificar um USUÁRIO por conduta fraudulenta e, conseqüentemente, emitir a multa de trânsito.
- 7.6 Semestralmente, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar relatório à ARTESP indicando o percentual de RECEITA BRUTA comprometido em decorrência da não identificação de USUÁRIOS, nos termos do item 7.5, acima, para fins de controle e tomada das medidas cabíveis para efetivar o disposto no item 7.3, caso haja comprometimento de mais de 5% da RECEITA BRUTA anual da CONCESSIONÁRIA.